

EDITORIAL

Crédito produtivo

O lançamento, nesta quarta-feira, em cerimônia no Palácio do Planalto, do Programa Nacional de Crédito Produtivo Orientado, agora sob a denominação de Programa Crescer, em cuja execução o governo federal desembolsará R\$ 843 milhões até 2013 – o que permitirá uma redução de 87% na taxa de juros das respectivas operações, prevendo-se uma queda de 60% para 8% ao ano – ensejou à presidente Dilma Rousseff apontar o projeto como um grande incentivo à “democratização do crédito”, para possibilitar a “ascensão social” do brasileiro mais pobre.

Para ela, conforme assinalou na oportunidade, um dos principais objetivos é precisamente dar orientação aos micro empresários para que saibam investir bem os recursos que lhes forem emprestados: “Mais crédito com menor taxa de juros, só isso não resolveria o problema. Queremos menos imposto, mais crédito com menores juros e mais assistência técnica. Vamos mobilizar esse potencial transformador do crédito. Queremos gerar oportunidades, tenho certeza que o microcrédito funciona como fator de ascensão social e, por isso mesmo, que os bancos públicos darão o melhor para que o Crescer ultrapasse as metas hoje apresentadas”.

A presidente apontou ainda que se pretende, com o mencionado programa, retirar trabalhadores da informalidade, estimulando a ampliação do número de microempreendedores individuais (MEIs), com a oferta de crédito orientado para a produção. Para isso, o valor máximo do empréstimo, de R\$ 15 mil, deve estar vinculado a atividades produtivas e não ao consumo, com vistas a estimular a ampliação de pequenos negócios. Em função, aliás, do binômio mais crédito, menos pobreza, mencionou o programa Crediamigo, do Banco do Nordeste, como exemplo de experiência bem-sucedida, citando, a propósito, estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de acordo com o qual 60% dos beneficiários do crédito daquele banco deixaram a situação de extrema pobreza em 12 meses.

Buscando, pois, expandir o microcrédito, o governo federal quer estimular os pequenos negócios e com isso, inclusive, gerar renda para a chamada nova classe média, em um cenário de desaceleração do crescimento em decorrência do impacto da crise econômica mundial. “O objetivo é elevar a produtividade e gerar emprego” – disse o ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Para a ministra do Desenvolvi-

mento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, o Programa Crescer se constitui também, como não poderia deixar de ser, uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria, visando a estimular a inclusão produtiva da população extremamente pobre”.

“Muitas pessoas – observou ela – até mesmo entre aquelas que recebem o Bolsa Família, têm seu pequeno negócio e poderão ampliá-lo. O programa se integra, portanto, a parcerias que estabelecemos, inclusive com o Sebrae, para reforçar os pequenos negócios, que são a base de sustentação de muitas famílias pobres”.

É na linha de tais objetivos que se há de desejar possa, de fato, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, consolidando a experiência acumulada e corrigidas as suas possíveis disfunções, atingir a meta que se propõe, seja no estímulo ao empreendedorismo seja no tocante à geração de oportunidades de trabalho e renda, como via fundamental de inserção social e melhoria da qualidade de vida da população, no conjunto da própria estratégia de desenvolvimento.